

# O APOSTO COMO MARCA DE INTERSUBJETIVIDADE: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA

Marlene TEIXEIRA

Doutora em Letras – Professora do Curso de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, do Mestrado Profissional em Enfermagem e do Curso de Letras da UNISINOS. Bolsista CNPq. *E-mail:* marlei.poa@gmail.com

Vera Helena Dentee de MELLO

Doutora em Letras – Professora dos Cursos de Letras e Direito da UNISINOS. *E-mail:* vhdm@uol.com.br

## Resumo

Este artigo tem como objetivo principal defender a ideia de que o aposto, embora seja considerado um elemento parentético sintaticamente, é um dos procedimentos acessórios por meio do qual emerge a intersubjetividade no discurso. Para tanto, será analisado um guia de viagem publicado *online*, no qual se contemplarão os efeitos de sentido (semantização) produzidos pelo locutor ao fazer uso desse recurso linguístico. O principal suporte teórico que ampara as análises é a Teoria da Enunciação desenvolvida por Émile Benveniste, segundo a qual todo discurso emana de um locutor, que, ao instaurar diante de si um alocutário, se apropria do aparelho formal da língua e constrói o aparelho formal da enunciação, singular em cada instância enunciativa. A fim de verificar como o aposto é contemplado na gramática tradicional, procedeu-se, inicialmente, a uma consulta a duas dessas gramáticas. Buscaram-se, também, contribuições de alguns linguistas ao estudo desse tópico gramatical, com vistas a observar em que medida contemplam sua funcionalidade.

## Palavras-chave

Aposto; Enunciação; Guia de viagem; Intersubjetividade.

## Introdução

Com o advento dos Parâmetros Curriculares Nacionais<sup>1</sup> (BRASIL. MEC, 1997 e 1998), a prática pedagógica centrada na análise de estratos descontextualizados (fonemas,

---

<sup>1</sup> Doravante, PCN.

sílabas, palavras, sintagmas, frases) é desestimulada, privilegiando-se a competência discursiva. O texto, não dissociado da situação sócio-histórico-cultural de circulação, é proposto como unidade básica do processo de ensino.

Nesse deslocamento de foco, a reflexão sobre a linguagem parece ter se perdido no contexto escolar. Não que essas orientações oficiais tenham desconsiderado a *análise linguística*, que, de fato, aparece como um dos eixos norteadores das atividades didáticas. A questão parece estar ligada à dificuldade de propor uma análise linguística fora das descrições gramaticais habituais e que esteja em consonância com o objeto *texto*.

Mas, e a contribuição da Linguística a esse respeito? Conforme Bezerra e Reinaldo (2013, p. 13), em livro recentemente publicado, as teorias linguísticas “fornecem subsídios para os estudos descritivos das línguas naturais, em seus aspectos estruturais, cognitivos, funcionais e pragmáticos, em oposição aos estudos normativos, predominantes na gramática tradicional.” Inúmeras produções acadêmicas têm circulado sobre modos de operacionalizar análises linguísticas, a partir de diversos enfoques, muitas delas dirigidas à formação de professores de educação básica. No entanto, por razões que mereceriam ser investigadas, a ponte academia/escola ainda está por ser construída. É ainda o livro didático que dá o tom no processo de ensino de língua materna. E, de acordo com observação feita por Bezerra e Reinaldo (2013), em coleções recentes (2000 a 2010) de livros didáticos de Língua Portuguesa, há pouca recorrência da expressão *análise linguística*. Além disso, as autoras constataram que os livros observados ainda se caracterizam por uma tendência bem acentuada de propor o estudo das unidades da língua a partir da gramática tradicional. Existem tentativas de incluir outras categorias, tais como coesão referencial e sequencial; coerência; operadores argumentativos, mas dificilmente se encontra um trabalho com a língua a serviço do texto, ou seja, voltado para o que acontece no processo de textualização, quando o locutor se apropria da língua, que se “precipita”<sup>2</sup> em discurso.

Este trabalho decorre de uma convicção: é preciso recolocar a língua no ensino de Língua Portuguesa. Evidentemente, não a língua em si e por si, em exercícios descontextualizados, mas a *língua-discurso*, com sua significação produzida pela sintagmatização, no *aquí-e-agora* do processo de enunciação. É em Émile Benveniste que buscamos apoio para propor uma análise linguística aberta à dimensão semântica da significância, que “nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação.” (BENVENISTE, 1989a, p. 229).

Para ilustrar nossa proposta, escolhemos olhar para o aposto. Nosso objetivo principal é mostrar que, embora seja considerado um elemento acessório sintaticamente, tem um papel muito relevante na significância do discurso, pois é um dos procedimentos acessórios por meio do qual emerge a intersubjetividade.

Inicialmente, procedemos a uma consulta a duas gramáticas tradicionais a fim de verificar como o aposto é nelas contemplado. Buscamos, também, contribuições de alguns linguistas ao estudo desse tópico gramatical, com vistas a observar em que medida contemplam sua funcionalidade.

Logo após, apresentamos o principal suporte teórico que ampara este trabalho, a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste (1988, 1989). Consideramos que o pensamento sobre a enunciação do autor tem muito a trazer para uma pedagogia da língua. Particularmente, recorreremos ao texto publicado em 1970, *O aparelho formal da*

---

<sup>2</sup> Cf. Dufour (2000).

enunciação (BENVENISTE, 1989b), segundo o qual os caracteres linguísticos da enunciação são determinados quando o locutor converte a língua em discurso, instaurando diante de si um alocutário, numa situação sempre única. Se concentramos neste artigo nossa referência a Benveniste é por acreditarmos que ele contém uma síntese do pensamento linguístico do autor.

Para finalizar, analisamos um guia de viagem, publicado *online*, no qual se contemplam os efeitos de sentido (semantização) produzidos pelo locutor ao fazer uso do aposto.

## 1. O aposto: da sintaxe ao discurso

Celso Pedro Luft, em *Moderna gramática brasileira* (2002), descreve o aposto como categoria pertencente ao adjunto adnominal. Não traz uma definição específica para o aposto, mas para os adjuntos em geral. Segundo ele, os adjuntos não são “rigorosamente necessários à compreensão básica do enunciado, têm a (sub)função de determinar, qualificar e modificar outros termos.” (LUFT, 2002, p. 66). Estabelece três funções diferentes para o aposto (definitório, enumerativo e atributivo ou explicativo), sendo esta última função subdividida da seguinte forma: causal, concessiva, temporal, condicional e comparativa. Exemplos,

a) causa: [*Impulsivo e rixento*], *seus colegas o evitavam*. (p. 67) b) concessão: [*Especializado na matéria*], *ninguém o consultou*. (p. 67)

c) tempo: [*Em criança*], *era vivo e irrequieto*; [*velho e cansado*], *só quis sossego e paz*. (p. 67) d) condição: [*Reprovado*], *que dirão teus pais?* (p. 67)

e) comparação: [*Pomba sem fel*], *deixou-se lograr*. (p. 67)

Embora Luft enquadre o aposto no grupo dos adjuntos adnominais, que, segundo ele, não são necessários à compreensão básica do enunciado, observa-se que, nos exemplos apresentados, o aposto desempenha um papel relevante na construção de sentidos dos enunciados.

Ao analisarmos os exemplos apresentados por Luft, observamos que a expressão em aposição é necessária à compreensão do enunciado. Vejamos os exemplos (a) e (c). Em (a), sem a presença do aposto, teríamos uma expressão vaga de sentido, visto que *impulsivo e rixento* constitui a causa da segunda oração: *seus colegas o evitavam*. No enunciado (c), perder-se-ia a coerência sem a presença dos termos em aposição, pois os predicados contrastantes “era vivo e irrequieto” e “só quis sossego e paz” só são possíveis por caracterizarem duas diferentes etapas da vida de alguém: “em criança” e “velho e cansado”. Embora se trate de exemplos descontextualizados, percebemos a presença de um locutor que se valeu do aposto para marcar a (inter)subjetividade e promover determinados efeitos de sentido.

Evanildo Bechara, em *Moderna gramática portuguesa* (2004), traz a seguinte definição de aposto:

Chama-se aposto a um substantivo ou expressão equivalente que modifica um núcleo nominal (ou pronominal ou palavra de natureza substantiva como *amanhã*, *hoje* etc.), também conhecido pela denominação *fundamental*, sem precisar de outro instrumento gramatical que marque esta função adnominal (BECHARA, 2004, p. 456, grifo do autor).

Essa definição autoriza-nos a afirmar que Bechara está em consonância com Luft ao afirmar que o aposto tem uma “função adnominal”. Bechara também converge com Luft quando explica que o aposto pode ter uma função especificativa ou explicativa. O aposto explicativo, segundo ele, subdivide-se em enumerativo, distributivo e circunstancial, que expressa valores semânticos de comparação, tempo, causa etc.

A consulta a essas duas gramáticas permite-nos concluir que, embora o aposto seja concebido como adjunto, isto é, termo acessório sintaticamente – não necessário à compreensão básica do enunciado – ele agrega ao enunciado valores semânticos importantes, de modo que sua omissão pode acarretar prejuízos à coerência.

Além das gramáticas de Luft (2002) e Bechara (2004), consideradas tradicionais, recorreremos também a algumas considerações de linguistas. Maria Helena de Moura Neves, em *Gramática de usos do português* (2000), traz o aposto no capítulo *As funções sintáticas dos substantivos*, em que é analisado somente seu papel na estrutura sintática, não sendo contemplada sua funcionalidade na língua em uso.

No subcapítulo “O uso de expressões explicativas ou identificadoras”, Neves menciona a função do aposto como modificador, atribuindo-lhe as funções semânticas de explicação e identificação dos substantivos: “Os substantivos próprios vêm frequentemente explicados ou identificados por: [...] b) Um aposto” (NEVES, 2000, p. 116). Embora ela não mencione o papel semântico do aposto, um exemplo apresentado pela autora argumenta em favor da relevância desse sintagma: *No que me concerne – como diria o Dr. Jânio Quadros, obscuro advogado do foro paulista –, é sempre válida a preocupação da ciência em ajudar a produção para fazer frente ao consumo.* (NEVES, 2000, p. 116)

Nesse exemplo, a expressão *obscuro advogado do foro paulista*, termo em aposição que se refere ao substantivo próprio *Jânio Quadros*, contém uma informação importante do ponto de vista semântico, que é identificar o referente como alguém de pouca confiabilidade. Se fosse suprimido o termo em aposição do enunciado, o discurso resultante poderia inspirar confiança.

Ao tratar das orações adjetivas explicativas (que funcionam como aposto), Moura Neves afirma que introduzem uma informação suplementar ou adicional, que não identifica nenhum subconjunto dentro do conjunto expresso pelo referente. Esse referente (ou antecedente) já está delimitado ou definido, independentemente da informação que a oração explicativa ou apositiva acrescenta (NEVES, 2000, p. 375-377). Parece-nos que, embora a gramática de Moura Neves seja de base funcionalista – teoria que focaliza o valor que assumem os itens lexicais e gramaticais na língua em funcionamento – no que se refere ao aposto, o olhar da linguista não é dirigido à funcionalidade desse recurso da língua.

Mário A. Perini, em *Gramática descritiva do português* (2004), problematiza a conceituação de termos acessórios (nos quais se inclui, tradicionalmente, o aposto), refletindo sobre o que a gramática tradicional prescreve acerca desse tópico:

os termos “essenciais” teriam que estar presentes em qualquer oração; os “integrantes” seriam, em certos casos, “exigidos” por algum outro elemento da oração; e os “acessórios” não seriam em nada importantes para o sentido da oração (como se vê, a definição tende a ser em parte semântica). A aceitarmos essa definição, o único termo “essencial” seria o predicado (PERINI, 2004, p. 120, grifos do autor).

Perini inclui o aposto nos termos denominados por ele de “parentéticos”, que define como “elementos que sintaticamente repetem a oração ou um de seus termos e se justapõem ao elemento repetido, separando-se dele por vírgula” (PERINI, 2004, p. 121). Segundo ele, não podem ser considerados termos da oração, mas manifestações de um processo geral de repetição sintática: repete-se a categoria, embora sua estrutura interna possa ser diferente. O aposto configura, de acordo com a concepção do autor, “um caso especial de parentético – o caso em que o elemento repetido é um SN” (PERINI, 2004, p. 122). Perini dá relevo, pois, à natureza sintática do aposto, sem mencionar a função desse sintagma na promoção de sentidos.

Ana Maria Brito, na *Gramática da língua portuguesa*, organizada por Mira Mateus et al. (2003), contempla o aposto sob a perspectiva da estrutura, mas também menciona sua função semântica no enunciado. Brito considera o aposto “modificador nominal”. Nas palavras da autora,

Os modificadores apositivos **constituem um comentário avaliativo do locutor sobre uma entidade denotada pela expressão nominal**; categorialmente, podem ser frásicos (as relativas apositivas), nominais ou adjectivais (os apostos, na terminologia tradicional). (BRITO, 2003, p. 366, grifo nosso)

A linguista observa que as orações relativas – restritivas ou determinativas e apositivas, explicativas ou não restritivas – são também modificadores nominais. Segundo ela, as relativas apositivas servem de “**comentário do locutor relativamente à entidade denotada pela expressão nominal antecedente**; por esta razão, estas orações estão relacionadas com os apostos”. (BRITO, 2003, p. 367-368, grifo nosso)

Observamos que, na ótica de Ana Maria Brito, o aposto exerce um papel de satélite na construção sintática da oração, visto que o locutor fará uso desse recurso como um modificador do sintagma nominal cujo núcleo é um nome ou pronome. Cabe sublinhar, porém, que a autora concebe o aposto como um recurso da língua por meio do qual o locutor emite um juízo de valor sobre o referente. Essa observação evidencia a relevância desse constituinte sintagmático como marcador de (inter)subjetividade, o que é ratificado pela afirmação da linguista de que “as orações relativas apositivas têm um caráter assertivo, marcado pela presença do sujeito enunciador” (BRITO, 2003, p. 672).

Brito acrescenta que, além das orações relativas apositivas, outras expressões parentéticas podem constituir os apostos, que podem ser nominais e adjectivais. Exemplos:

*Adriano, o Imperador de Roma, era um homem só.* (BRITO, 2003, p. 369)

*O guarda, aquele cretino, atirou dois tiros.* (BRITO, 2003, p. 369)

Nesses dois exemplos apresentados pela autora, o aposto constitui uma informação importante sob o ponto de vista semântico: o aposto “o Imperador de Roma” possibilita que o interlocutor identifique quem é “Adriano”; ao usar a expressão “aquele cretino”, o locutor avalia negativamente o referente “o guarda” devido a sua atitude de desferir dois tiros.

Mário Vilela e Ingedore Villaça Koch, em *Gramática da língua portuguesa* (2001), incluem o aposto dentro da categoria “atributo predicativo”. Os autores apresentam a seguinte definição de aposto:

Um tipo especial de atributo é o aposto. O aposto é um substantivo ou construção que tem o mesmo denotado que o da sua palavra nuclear. As relações de significado entre o núcleo e o aposto correspondem às do sujeito e do predicado substantivo”. (VILELA; KOCH, 2001, p. 377)

Consoante Koch e Vilela (2001, p. 377-378), o aposto pode desempenhar diferentes funções semânticas:

a) identificação (o aposto identifica o termo fundamental)

*O meu vizinho, o chefe da delegação, partiu para Londres.* (p. 377)

b) classificação (o aposto classifica o termo fundamental)

*O meu hóspede, um médico de alto gabarito, é divorciado.* (p. 378)c) avaliação (o aposto exprime um juízo de valor do locutor acerca do termo fundamental)

*A maratonista, modelo de persistência, conseguiu recuperar-se da operação cirúrgica.* (p. 378)

Considerando a definição de aposto e sua classificação, pode-se afirmar que Koch e Vilela sublinham o papel desse constituinte – apresentado sob a forma de expressão nominal ou oração – na construção de sentidos no uso da língua.

Quando tratam da oração que funciona como aposto, denominam-na *frase relativa explicativa* (apostiva ou não restritiva) e a definem da seguinte maneira: “é a que fornece, para a identificação do denotado, uma informação suplementar, não necessária (embora importante do ponto de vista comunicativo). Pode ser suprimida sem que a frase subordinante se torne incompreensível ou se altere semanticamente” (VILELA; KOCH, 2001, p. 397). O fato de afirmarem que a oração explicativa traz uma informação não necessária, que pode ser elidida sem acarretar mudança semântica, não parece procedente, pois, se ela é importante do ponto de vista comunicativo, sua supressão implica prejuízo.

Após essa breve incursão por gramáticas tradicionais e por contribuições de linguistas sobre o aposto, passamos a apresentar a Teoria da Enunciação de Benveniste, tal como se apresenta em *O aparelho formal da enunciação* (1989b).

## 2 O aparelho formal da enunciação

O escopo da teoria de Benveniste tem sido objeto de muitas discussões. À medida que avançamos na leitura, percebemos que se trata de uma teoria da linguagem que transcende o âmbito de uma ciência específica chamada linguística. O traço universal da categoria de pessoa e sua relação com a instauração da experiência humana, bem como a proposição da dupla significância da língua constituem-se em fonte de inspiração para reflexões significativas de estudiosos de diferentes áreas. A referência feita a Benveniste em trabalhos recentes na antropologia (CASTRO, 1996) e na filosofia (DUFOR, 2000; AGAMBEN, 2008), entre outros, demonstra que, mais do que descrever categorias fundamentais da língua, o estudo de Benveniste coloca em evidência a relação radical da linguagem com o homem (TEIXEIRA, 2012a; 2012b<sup>3</sup>); a relação de “integração necessária entre língua e cultura” (BENVENISTE, 1989c, p. 24).

---

<sup>3</sup> Nesses textos, é defendida a hipótese de que a teoria de Benveniste, embora não deixe de estar inscrita no campo da linguística, transborda para problemas de ordem mais geral, permitindo que, a partir dela, se dirija um olhar original

Benveniste é um linguista das línguas, o que pode ser atestado no conjunto de suas produções, nas quais o ponto de vista sobre língua e linguagem é sustentado no conhecimento de muitas línguas. Mas ele é também um linguista da língua e da linguagem, como afirma Flores (2013), para quem os termos *linguagem*, *língua* e *línguas* integram o sistema conceitual de Benveniste<sup>4</sup>, sem se recobrirem teoricamente, mesmo que muitas vezes esses termos sejam usados um no lugar do outro.

Entendemos que a linguística da enunciação de Benveniste não se dissocia de sua teoria geral da linguagem e que *O aparelho formal da enunciação*<sup>5</sup> (1989b) contém uma síntese do programa dessa linguística. É este o último texto que trata da enunciação, publicado em vida por Benveniste, considerado “como um dos pontos de referência mais importantes para a teorização da noção [de enunciação]” (ONO, 2007, p. 31, tradução nossa). O texto apresenta uma ideia global do fenômeno enunciativo e focaliza, mais especificamente, os caracteres linguísticos da enunciação (MELLO, 2012).

Iniciamos por uma breve notícia sobre a origem desse célebre artigo de Benveniste para, depois, buscar nele conceitos que sirvam de apoio à análise de nosso objeto de estudo, o aposto.

## 2.1 Da origem

*O aparelho formal da enunciação* (1989b) origina-se da admiração de Tzvetan Todorov por Benveniste, que o motivou a organizar um número especial de *Langages*, consagrado à enunciação, para o qual, através de uma carta<sup>6</sup>, convidou Benveniste a escrever um artigo. Conforme informação trazida por Irène Fenoglio (2011, p. 265), esse artigo foi escrito entre outubro de 1968 e julho de 1969<sup>7</sup>, no mesmo período em que Benveniste trabalhava em seu último curso no *Collège de France*, em que tratou da semiologia, em uma parte, e da escrita, em outra.<sup>8</sup>

Em resposta a uma demanda de Benveniste, Todorov especifica a temática a ser tratada no texto solicitado em uma segunda correspondência:

É preciso primeiramente fazer a distinção entre a língua como sistema formal de signos e o discurso como ato individual de utilização da língua. Eu prefiro entretanto o termo enunciação a discurso, porque este último

---

para as relações entre a linguagem e o homem, cujo potencial heurístico ainda está por ser devidamente dimensionado.

<sup>4</sup> A compreensão do conjunto de seus textos impede ver sinonímia entre esses termos ou mesmo hierarquização de valor.

<sup>5</sup> Doravante, *O aparelho*.

<sup>6</sup> A reprodução dessa carta-convite de Todorov a Benveniste, datada de 30 de setembro de 1968, pode ser encontrada em Fenoglio (2011, p. 175).

<sup>7</sup> Em dezembro de 1969, Benveniste sofre um acidente cerebral, do qual não se recuperará mais. É em seu leito de hospital, depois de ter perdido a fala, que ele verá a publicação de seu artigo (FENOGLIO, 2011).

<sup>8</sup> Material que constitui *Dernières Leçons* (BENVENISTE, 2012), obra que contém os últimos cursos de Benveniste (1968-1969) no *Collège de France*, estabelecida e apresentada pelos linguistas Jean-Claude Coquet e Irène Fenoglio, com um prefácio de Julia Kristeva e um posfácio de Tzvetan Todorov. Essa edição contém ainda alguns documentos inéditos: uma biografia de Benveniste, uma apresentação de seus arquivos conservados na *Bibliothèque Nationale de France* e fotos das notas preparatórias de seus cursos.

pode igualmente tornar-se sinônimo de «enunciado» [...]. Enunciação se opõe então: a) a língua e b) a enunciado [...]; o processo de enunciação engloba a emissão, a transmissão e a recepção, o emissor, o receptor, o contexto. Este ato individual de utilização não pode ser comparado ao de utilização de um instrumento qualquer [...]. Uma série de signos particulares [...] só recebem um sentido no processo de enunciação. Assim alguns pronomes (o problema da dêixis), advérbios, tempos do verbo, modos (vocativo, imperativo). A descrição de seu funcionamento constitui o primeiro passo no estudo da enunciação<sup>9</sup> (Fonds Benveniste, BnF, apud FENOGLIO, 2011, p. 275- 276, tradução nossa).

Parece que Benveniste, ao produzir seu texto, seguiu bem de perto as indicações de Todorov. No entanto, na visão de Fenoglio (2011), Benveniste não tomou as ideias de Todorov. Por conhecer bem o pensamento do mestre<sup>10</sup>, ele apenas sintetizou, na carta, os pontos mais importantes da reflexão esparsa de Benveniste sobre a enunciação.

Talvez as indicações de Todorov tenham contribuído para levar Benveniste a inserir sua proposta mais claramente no campo da ciência linguística. Sabemos, por Flores (2012, p. 153), que Benveniste jamais utilizou *Teoria da enunciação* ou *Linguística da Enunciação* em seus mais de 40 anos de trabalho. Assim, “não foi Benveniste quem deliberadamente fez a *Teoria da enunciação* que lhe é imputada, são os leitores de sua obra que a derivaram do conjunto de textos escritos entre os anos 1930 e 1970” (FLORES, 2012, p. 153).

Nessa mesma direção, Aresi (2012, p. 65) constata que o termo “enunciação” não aparece em nenhum dos títulos de *Problemas de Linguística Geral I e II*<sup>11</sup>; é no texto de 1970 que podemos encontrar uma ocorrência maior desse termo.

Ono (2007) mostra que a noção de enunciação varia muito ao longo dos textos de Benveniste. Em análise cronológica da obra do autor, ela encontra perto de 30 ocorrências do termo “enunciação”, nem todas com o mesmo sentido. Só em *O aparelho* (1989b), podemos distinguir, segundo Ono (2007, p. 3133), cinco modos pelos quais se pode entender esse termo.

É da enunciação no texto de 1970 que tratamos a seguir, tomando como eixo da discussão a reflexão de Mello (2012), em sua tese de doutorado.

---

<sup>9</sup> Il faut d’abord poser la distinction entre la langue comme système formel de signes et le discours comme acte individuel d’utilisation de la langue. Je préfère cependant le terme d’énonciation à celui de discours, car ce dernier peut également devenir le synonyme d’«énoncé» [...]. Énonciation s’oppose donc: a) à langue et b) à énoncé [...]; le procès d’énonciation englobe l’émission, la transmission, la réception, l’émetteur, le récepteur, le contexte. Cet acte individuel d’utilisation ne peut être comparé à celui de l’utilisation d’un instrument quelconque [...]. Une série de signes particuliers [...] ne reçoivent un sens que dans le procès d’énonciation. Ainsi de certains pronoms (le problème de la deixis), adverbes, temps du verbe, modes (vocatif, impératif). La description de leur fonctionnement constitue le premier pas dans l’étude de l’énonciation (Fonds Benveniste, BnF, apud FENOGLIO, 2011, p. 275- 276).

<sup>10</sup> No Posfácio de *Dernières Leçons*, Todorov (2012) revela ter sido aluno de Émile Benveniste no *Collège de France*.

<sup>11</sup> A respeito do termo “enunciação” em Benveniste, vale lembrar observações feitas por Ono (2007) e Flores (2012), que assim sintetizamos: (a) nem sempre o conceito de enunciação é designado pelo termo “enunciação”; (b) a palavra “enunciação” nem sempre designa o mesmo conceito, podendo até não ter estatuto teórico.

## 2.2 A enunciação e seus aspectos

Mello (2012) destaca algumas definições do termo “enunciação”, que sublinham diferentes aspectos desse grande processo:

(1) “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989b, p. 82).

O adjetivo “individual”, que caracteriza o ato, remete à subjetividade como traço inerente à enunciação, compreendendo-se que todo ato enunciativo emana de um locutor. As expressões “colocar em funcionamento” e “de utilização” indicam que interessa à enunciação a língua em emprego e em ação.

(2) É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto” (BENVENISTE, 1989b, p. 82).

Nessa definição, Benveniste adverte o leitor quanto à distinção entre enunciação e enunciado. Para ele, a enunciação implica a ação de dizer, de produzir um enunciado, ao passo que o enunciado é o produto da enunciação. Sublinhamos que, no original em francês, não há o emprego de vírgulas, o que implica, em nosso entendimento, sentidos diferentes: “Il faut prendre garde à la condition spécifique de l’enonciation: c’est l’acte même de produire un enoncé et non le texte de l’énoncé qui est notre objet” (BENVENISTE, 1974, p. 80). Na tradução para o português, a oração relativa “que é nosso objeto” é apositiva, o que leva à leitura de que nosso objeto é o enunciado. Na versão original, nega-se que nosso objeto seja o enunciado e afirma-se ser a enunciação, isto é, o ato de produzir um enunciado.

Tendo em vista a versão original, podemos afirmar que, na concepção de Benveniste, estuda-se o próprio ato de enunciação, o qual, por ser um acontecimento evanescente, é resgatado pelos rastros que o locutor deixou quando colocou a língua em funcionamento. Tais rastros, que constituem o *aparelho formal da enunciação*, são observados no *texto do enunciado*.

(3) “Este ato [enunciação] é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação” (BENVENISTE, 1989b, p. 82).

Nessa afirmação, destaca-se a relação do locutor com a língua. Benveniste atribui um papel central ao locutor, como responsável pela enunciação, como aquele que se vale dos recursos da língua para advir como sujeito naquilo que diz.

(4) “O mais imediatamente perceptível e o mais direto – embora de um modo geral não seja visto em relação ao fenômeno geral da enunciação – é a realização vocal da língua” (BENVENISTE, 1989b, p. 82).

Segundo Ono (2007), a realização vocal da língua refere-se tanto à realização oral quanto à escrita, embora seja privilegiada a enunciação oral (fonação) enquanto objeto de

teorização. Quando Benveniste observa que, “para o mesmo sujeito, os mesmos **sons** não são jamais reproduzidos exatamente e que a noção de identidade não é senão aproximativa mesmo quando a experiência é repetida” (BENVENISTE, 1989b, p. 82-83, grifo nosso), parece focalizar o registro oral da língua.

(5) “A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” (BENVENISTE, 1989b, p. 83).

Essa definição destaca o aspecto operacional da enunciação, no centro do qual está a semantização da língua, isto é, como o sentido se transforma em palavra, atualizada na frase. A relação forma-sentido é, pois, uma questão central nessa abordagem.

(6) “Pode-se, enfim, considerar uma outra abordagem, que consistiria em definir a enunciação no quadro formal de sua realização” (BENVENISTE, 1989b, p. 83).

Nesse aspecto, contemplado mais especificamente no artigo *O aparelho formal da enunciação* (1989b), Benveniste situa os caracteres formais da enunciação, isto é, os *índices específicos* e os *procedimentos acessórios*, dos quais se serve o locutor para enunciar-se e influenciar de algum modo seu interlocutor. Tais índices e procedimentos serão retomados a seguir, numa seção à parte. Segundo Benveniste (1989b, p. 84), a enunciação caracteriza-se como um “processo de apropriação”, pois, ao enunciar-se, o locutor se apropria do aparelho formal que a língua disponibiliza e, a partir deste, configura o aparelho formal da enunciação.

(7) “Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 1989b, p. 84).

(8) “O que em geral caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (BENVENISTE, 1989b, p. 87).

As definições (7) e (8) dizem respeito à intersubjetividade. Benveniste argumenta que, toda vez que o locutor faz uso da língua, ele instaura o alocutário, pois o dizer sempre implica um dizer a alguém. Esse outro, implantado pelo locutor no momento de sua enunciação, pode estar na presença do locutor (o que se constata geralmente na modalidade oral) ou não estar face a face com o locutor (característica do registro escrito). Como sabemos, um dos elementos centrais do processo enunciativo é o alocutário (*tu*).

(9) “Por fim, na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo” (BENVENISTE, 1989b, p. 84).

(10)

Neste artigo, Benveniste deixa claro que a referência integra a enunciação e que cada instância discursiva constitui “um centro de referência interno” (BENVENISTE, 1989b, p. 84). Isso quer dizer que a referência não remete à realidade objetiva, mas à realidade discursiva, na qual os colocutores assumem papel nuclear. O “mundo” de que se fala é um mundo filtrado pelo locutor em sua relação com o alocutário; é, por conseguinte, o “mundo dos colocutores”.

Ono (2007, p. 57, grifos da autora, tradução nossa) assim conclui sobre os múltiplos traços definitórios da noção de enunciação:

[...] Encontram-se analogias significativas para o emprego da palavra *enunciação* e o emprego de palavras como *frase*, *performativo* ou *instância de discurso*. A noção se formou sob perspectivas diferentes e em meio a múltiplas problemáticas: ainda que a palavra não seja definida precisamente em nenhuma dessas problemáticas, a ideia está lá, sob uma outra forma, integrada a um outro aparelho conceitual [...].

Para compreendermos melhor o fenômeno, ato ou processo de enunciação, é fundamental que mencionemos as reflexões de Flores (2010, p. 46) no artigo *O lugar metodológico da análise da enunciação em relação aos níveis da análise linguística*. Segundo ele, considerando que a análise enunciativa busca o sentido de conjunto do discurso, pode-se afirmar que “a Enunciação não é um nível de análise, mas um ponto de vista – o do sentido (ideia) – sobre os níveis. A Enunciação é transversal à língua, ela não se encerra em um único compartimento, ela está em todos os níveis”. Qualquer fenômeno linguístico, pertencente a qualquer nível, pode ser estudado dentro de uma perspectiva enunciativa. Flores afirma que, na Enunciação, os níveis da análise linguística se inter-relacionam de forma singular, o que Benveniste chama de *ideia*. Flores (2010, p. 52, grifo do autor) denomina esse mecanismo de engendramento entre os níveis de *transversalidade enunciativa*, assim definida por ele: “A transversalidade enunciativa é o nome que damos à diferença que há entre pensar a língua como uma organização cujos níveis se apresentam como ‘camadas’ sobrepostas e pensá-la como um todo que é atravessado pelas marcas da Enunciação”.

Consideramos que, numa análise enunciativa de um tópico de língua, não dissociado de seu funcionamento no texto, como a que desejamos empreender, esse esclarecimento é muito pertinente. Nosso ponto de vista da análise será o da enunciação, portanto leva em conta o sentido. Esse ponto de vista deverá incidir sobre a unidade textual, em nível global e, relacionado a este, sobre um nível linguístico inferior, mais especificamente, sobre o sintagma que funciona como aposto em sua relação com o sintagma nominal que modifica. Nesses níveis, buscar-se-ão os rastros deixados pelo sujeito locutor ao fazer uso da língua. Tais rastros são os *índices específicos* e os *procedimentos acessórios*, a serem detalhados a seguir.

### **2.3 Índices específicos e procedimentos acessórios**

No texto de 1970, Benveniste (1989b, p. 83) afirma que os caracteres formais da enunciação “são, uns necessários e permanentes, os outros incidentais e ligados à particularidade do idioma escolhido”. Conforme o autor, a posição de locutor, parâmetro nas condições requeridas pela enunciação, é expressa por meio de *índices específicos* e de *procedimentos acessórios*: “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (BENVENISTE, 1989b, p. 84). Essa nuance de seu

texto nem sempre é percebida<sup>12</sup>. Tanto é assim que a contribuição de Benveniste é ainda frequentemente reduzida ao fato de ele ter dado destaque aos indicadores de subjetividade na linguagem, circunscritos a *eu-tu-aqui-agora*.

Antes de buscarmos explicitar quais são os índices específicos e os procedimentos acessórios propostos por Benveniste, analisamos, de acordo com Aresi (2011) e Mello (2012), as palavras empregadas pelo autor na citação acima. Em primeiro lugar, é preciso destacar que “o locutor se apropria do aparelho formal da língua”. Isso quer dizer que o locutor, ao enunciar, recorre à língua, ao sistema linguístico, no qual estão as formas de que se valerá, organizando-as a fim de produzir sentidos. Portanto, o aparelho formal da enunciação é configurado a partir do aparelho formal da língua, renovando-se a cada instância enunciativa.

Em segundo lugar, é preciso que nos debruçemos sobre as expressões “índices específicos” e “procedimentos acessórios”. Fábio Aresi (2011), no artigo *Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação*, já mencionado em nota, chama atenção para a diferença conceitual existente entre os substantivos “índices” e “procedimentos”: associa o termo “índices” ao substantivo “indicadores” e ao verbo “indicar”, utilizados em vários artigos de Benveniste. Aresi explica que o termo “índice” está relacionado à noção de elemento formal que aponta para a subjetividade na linguagem. Quanto ao termo “procedimento”, esse autor esclarece que remete à ideia de processo, de modo de organização das unidades da língua, isto é, à sintagmatização.

Consideramos relevante também analisar os adjetivos que acompanham os núcleos dos sintagmas nominais: “específicos” e “acessórios”. O primeiro adjetivo remete à noção de ser próprio ou exclusivo da língua para a expressão da subjetividade. O segundo adjetivo, à primeira vista, pode denotar menor importância do que o primeiro, por remeter à ideia de algo não fundamental, secundário. No entanto, parece-nos que, para Benveniste, esses procedimentos, que se acrescentam ao uso de índices específicos, sendo, pois, suplementares, são os principais responsáveis pela produção de sentidos na língua em funcionamento. Pensamos que, se os índices específicos servem para identificar ou apontar para as pessoas do discurso (*eu-tu*) e para a situação em que o ato se realiza (*aqui-agora*), são os procedimentos acessórios – o processo de sintagmatização empreendido pelo locutor – que promovem a semantização, a “significação intentada”<sup>13</sup>, conforme Benveniste.

Os primeiros índices específicos (jogo de formas específicas) citados por ele são os índices de pessoa (relação *eu-tu*), que se produzem na e pela enunciação: *eu* é a pessoa de

---

<sup>12</sup> O texto de F. Aresi (2011) é pioneiro no sentido de trazer à discussão essa formulação de Benveniste, que tem potencial para alargar as possibilidades de intervenção de sua teoria na direção da análise translinguística.

<sup>13</sup> É preciso chamar a atenção para o fato de que, na versão brasileira de PLGII, a expressão “une signification de l'intenté” usada por Benveniste (1974, p. 229) em *Problèmes de linguistique générale*, foi traduzida como “significação intencionada”. Ao consultarmos o dicionário *Larousse (online)*, deparamos com a seguinte definição do verbo “intenter”: “Intenter une action en justice (contre quelqu'un), former une demande en justice” (“intentar uma ação na justiça (contra alguém), formar uma demanda na justiça”). Parece-nos, pois, que essa expressão seria mais bem traduzida por “significação do intentado”, que tem um valor fortemente pragmático, no sentido de que, atualizando seu pensamento por meio da frase, o locutor age sobre o alocutário, buscando instaurar uma nova realidade. Para “intencionado”, a palavra em francês é “intentionné”. Assim, neste artigo, usaremos o termo “intentado” em lugar de “intencionado” (cf. MELLO, 2012).

que emana a enunciação e *tu* a pessoa a quem este se dirige. Além dessas formas, cita também os *índices de ostensão*, como pronomes demonstrativos (*este, esta, estes, estas, isto*) e advérbios e locuções adverbiais (*aqui, aí, neste lugar...*). Tais pronomes e advérbios aparecem “como uma classe de ‘indivíduos linguísticos’, de formas que enviam sempre e somente a ‘indivíduos’, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos” (BENVENISTE, 1989b, p. 85, grifos do autor). Benveniste explica que esses índices são concebidos na enunciação e, toda vez que são produzidos, remetem a algo novo.

O linguista também menciona o paradigma das formas temporais, que são determinadas em relação a *ego*, elemento nuclear da enunciação. Segundo ele, “os ‘tempos’ verbais, cuja forma axial, o ‘presente’, coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário” (BENVENISTE, 1989b, p. 85, grifos do autor). Ele explica que a temporalidade é engendrada pela enunciação, da qual provém a categoria do presente e, em relação a *este*, situam-se as outras categorias (passado, futuro). Nas palavras do autor,

O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. [...] O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso e, a partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos “tempo” (BENVENISTE, 1989b, p. 85-86, grifos do autor).

Ao lado dessas formas cuja existência é promovida pela enunciação, Benveniste cita as grandes funções sintáticas de que dispõe o locutor para agir sobre o interlocutor. São elas a interrogação, a intimação e a asserção. A primeira consiste numa enunciação que visa suscitar uma resposta, uma enunciação de retorno, convocando o alocutário a responder. A segunda, representada pelos atos de fala da ordem, do apelo, da advertência, do pedido, implica uma relação viva e imediata do locutor com seu interlocutor. A terceira tem por função exprimir uma certeza, constituindo uma manifestação da presença do locutor em seu discurso. Esse aparelho de funções sintáticas corresponde às três modalidades apresentadas por Benveniste (1988), em *Os níveis da análise linguística*, ao abordar a frase como predicação – interrogativa, imperativa e assertiva –, as quais, segundo ele, correspondem às atitudes de que se serve o locutor para se comunicar com o alocutário.

Benveniste acrescenta que as modalidades formais em geral fazem parte desse aparelho de funções, tais como as modalidades epistêmica, deôntica e volitiva, que podem ser marcadas linguisticamente pelo modo verbal (indicativo, imperativo, subjuntivo), por verbos auxiliares, por advérbios ou locuções adverbiais, por adjetivos, por substantivos.

Portanto, após a leitura de *O aparelho formal da enunciação* (1989b), o olhar do analista da linguagem não pode mais focalizar somente as relações de pessoa, tempo e espaço, restringindo seu estudo às marcas linguísticas dessas categorias. A partir do pressuposto de que toda a língua está submetida à enunciação, devem também ser focalizados os *procedimentos acessórios* mencionados por Benveniste, que se referem a

quaisquer expedientes morfológicos, lexicais ou sintáticos de que se vale o locutor para influenciar seu alocutário. É entre os procedimentos acessórios que situamos o aposto.

### 3 O papel do aposto na semantização: uma proposta de análise

O texto a ser analisado é um guia de viagem publicado no site [feriasbrasil.com](http://feriasbrasil.com). Nesse texto, serão analisadas ocorrências de aposto, com vistas a evidenciar sua relevância no discurso, como elementos linguísticos marcadores de intersubjetividade.

A análise a ser desenvolvida será qualitativa, o que vem ao encontro da característica de singularidade da enunciação. Cabe destacar que, numa análise enunciativa, não se analisam dados preconcebidos, mas *fatos linguísticos*, expressão usada por Benveniste em *Os níveis de análise linguística*, texto publicado em 1964[1988]:

Quando estudamos com espírito científico um objeto como a linguagem, bem depressa se evidencia que todas as questões se propõem ao mesmo tempo a propósito de cada **fato linguístico**, e que se propõem em primeiro lugar relativamente ao que se deve admitir como **fato**, isto é, aos critérios que o definem como tal (1988, p. 127, grifos nossos).

O aposto será, então, o fato linguístico a ser observado como procedimento acessório de que se vale o locutor para agir sobre o alocutário, visando à produção de determinados sentidos. É preciso esclarecer que analisaremos não somente o aposto representado por um termo da oração, mas também o aposto oracional, expresso por meio da oração relativa apositiva ou não restritiva<sup>14</sup>. Como procedimento de análise, seguiremos o que propõe Benveniste em *O aparelho formal da enunciação*: “Na enunciação, consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que se realiza, os instrumentos de sua realização” (1989b, p. 83). Em nossa análise, focalizaremos, portanto:

- a) o ato enunciativo, que coloca em relação um *eu* e um *tu*;
- b) a situação espaço-temporal em que a enunciação ocorre;
- c) o aposto como um dos instrumentos linguísticos de que se vale o locutor quando sintagmatiza para semantizar.

Passemos, então, à análise.

### Ilha de Marajó

---

<sup>14</sup> Na gramática tradicional, essas orações são denominadas *adjetivas explicativas*.



Animais fazem parte da paisagem  
Foto enviada por Christian Knepper – Embratur.

1           Maior ilha fluviomarinha do mundo, a Ilha de Marajó é banhada pelo Oceano  
2 Atlântico e pelos rios Amazonas e Tocantins. Dividida em 12 municípios pontilhados  
3 por matas, rios, campos, mangues e igarapés, forma um cenário perfeito para quem  
4 pretende desvendar um pedaço quase intacto da selva amazônica. O ponto de partida  
5 da viagem é Belém, de onde saem barcos e balsas rumo a Soure, a "capital" da ilha,  
6 alcançada depois de cerca de três horas de navegação. É nesta área que estão as  
7 melhores praias – do Pesqueiro, Barra Velha e Joanes –, as melhores hospedagens e  
8 restaurantes, além de boa parte dos 250 mil habitantes da região.

9           Com tanta diversidade, Marajó promove experiências únicas. A mais  
10 interessante delas é montar no lombo de um búfalo para um passeio. Símbolos da  
11 ilha, os animais são vistos em grandes manadas nas extensas planícies ou dispersos  
12 nas modestas áreas urbanas, onde são usados como táxi e montaria para a polícia. No  
13 Carnaval, fazem sucesso puxando carroças equipadas com caixas de som, numa  
14 versão local dos trios elétricos baianos.

15           Habitat de grande variedade de peixes e pássaros, o arquipélago oferece  
16 muitas atividades em meio à natureza, realizadas nas fazendas. Entre elas estão  
17 observação de guarás – ave típica de penas vermelhas –, pesca, focagem de jacarés e  
18 passeios de barco pelos igarapés. Os fãs dos esportes de aventura também se  
19 divertem na área com a prática de caminhadas na selva, rafting e ciclismo pelas  
20 praias.

21           As surpresas se fazem presentes também na gastronomia, que tem a carne de  
22 búfalo – claro! – como grande destaque. Os pratos mais apreciados são o Filé  
23 Marajoara, servido com mussarela de búfala derretida, e o Frito do Vaqueiro, que traz  
24 fraldinha ou minguinha (carne da costela) cozidas e acompanhadas de pirão de leite.  
25 Também merecem destaques o caldo de turu, um molusco típico do mangue, e as  
26 suculentas peixadas. Para a sobremesa, aposte nos sorvetes de frutas exóticas, como  
27 uxi, bacuri, taperebá e cajarana.

28           Os encantos da região se refletem inclusive na cultura. Uma das heranças mais  
29 ricas deixadas pelos índios marajoaras é a bela arte da cerâmica estilizada. Para  
30 apreciar os trabalhos, siga para o Museu do Marajó, localizado na modesta Cachoeira  
31 do Arari, uma cidadezinha escondida no meio da mata. Construído numa antiga  
32 fábrica de óleos, o espaço tem um rico acervo que guarda desde vasos, jarros e  
33 utensílios de cozinha a urnas funerárias. Quando o assunto é dança, o carimbó e o  
34 lundu surgem absolutos. Autênticos da região, os passos foram inspirados em

35 manifestações de origem africana e indígena.

36 Antes de viajar, escolha bem a época, já que calor e chuvas, que são  
37 características comuns do Pará, se intercalam no calendário. No primeiro semestre,  
38 chove quase todos os dias, alagando campos e florestas e impedindo algumas  
39 travessias. A vantagem é que a temperatura fica mais amena. No resto do ano, no  
40 período de seca, os termômetros batem facilmente os 40 graus. O consolo é que a  
41 água já baixou e fica mais fácil circular pela região. No mês de julho, agradável e  
42 concorrido, os turistas lotam a orla da praia do Pesqueiro.

(Férias Brasil. Ilha de Marajó. Disponível em:  
<http://www.feriasbrasil.com.br/pa/ilhademarajo/>. Acesso em: 20 jun. 2013.)

Esse guia de viagem, embora, em sua forma de organização discursiva, seja predominantemente descritivo, tem uma finalidade argumentativa, no sentido de agir sobre o outro, com vistas a instaurar uma nova realidade: levar o interlocutor a aderir à tese de que vale a pena conhecer a Ilha de Marajó. Portanto, ao enunciar-se, o locutor implanta diante de si o alocutário, marcando-o por meio de índices específicos, como os verbos no imperativo “siga” (linha 30) e “escolha” (linha 36), que apontam para aquele que lê o texto, e por meio da sintagmatização.

Ao nos determos na situação em que o ato enunciativo se realiza, temos de considerar que este se situa num tempo (*agora*) e lugar (*aqui*), que configuram a instância de discurso. Não há como precisarmos o tempo linguístico, isto é, o momento da enunciação, mas podemos afirmar que o “mundo” de que fala o locutor ao descrever a Ilha de Marajó situa-se no tempo presente, que, embora bastante amplo, possui um ponto de intersecção com o momento da enunciação (produção do texto) e com o momento da coenunciação (leitura do texto).

Observemos, agora, o aposto como um dos instrumentos linguísticos reiteradamente mobilizados pelo enunciador nessa enunciação escrita. Ao afirmar que a Ilha de Marajó é a “maior ilha fluviomarinha do mundo” (linha 1), o locutor partilha com o alocutário a informação de que ela é banhada por águas de rios e do oceano, o que confere ao lugar características peculiares que agradam a diferentes turistas.

Por meio do aposto “dividida em 12 municípios pontilhados por matas, rios, campos, mangues e igarapés” (linhas 2-3), o locutor age sobre o alocutário com o propósito de argumentar em favor da diversidade de cenários que a ilha propicia, de modo que pode atender à preferência de turistas diversos. No início do segundo parágrafo, o aposto “com tanta diversidade” (linha 9), que retoma os diferentes cenários e atrativos que a ilha possui, constitui uma causa de Marajó promover experiências únicas. Isso vem ao encontro do que afirmam Luft (2002) e Bechara (2004), ao mencionarem que o aposto pode ser circunstancial, isto é, indicar uma circunstância.

Os apostos “de onde saem barcos e balsas rumo a Soure” (linha 5) , “a ‘capital’ da ilha” (linha 5) e “alcançada depois de cerca de três horas de navegação” (linha 6) respondem a uma possível pergunta do *tu* (interlocutor) em relação à forma de chegar à Ilha de Marajó, ao tempo de navegação e ao lugar da ilha com maior infraestrutura para receber turistas. Esses dados são fundamentais para quem deseja visitar algum lugar.

O aposto enumerativo “do Pesqueiro, Barra Velha e Joanes” (linha 7) também é uma informação relevante, que certamente interessa ao alocutário, uma vez que indica

quais são as melhores praias da ilha. O fato de estarem isoladas por travessões indica que o locutor visa a dar um realce a essa informação.

No segundo parágrafo, o enunciador faz uma referência aos búfalos e afirma que são animais típicos da região: “símbolos da ilha” (linhas 10-11). Talvez muitos dos interlocutores já detenham esse conhecimento, mas o fato de os búfalos serem usados nas modestas áreas urbanas como meio de transporte é algo inusitado, que instiga a curiosidade do leitor: “onde são usados como táxi e montaria para a polícia” (linha 12).

É pertinente observar que o terceiro parágrafo é introduzido por um aposto: “habitat de grande variedade de peixes e pássaros” (linha 15). Essa característica é certamente atrativa para um grande número de turistas, que valorizam o contato com a natureza. Dessa forma, o locutor se aproxima daqueles que prestigiam paisagens bucólicas. Ao acrescentar o aposto “ave típica de penas vermelhas” (linha 17), que identifica o termo fundamental “guarás” (linha 17), o locutor parte do pressuposto de que seu alocutário não sabe o que são guarás. Daí a relevância do aposto no sentido de trazer ao leitor um conhecimento que ele supostamente não detém.

O quarto parágrafo, no qual também há várias ocorrências de aposto, tem como foco a gastronomia. A oração relativa apositiva “que tem a carne de búfalo como grande destaque” (linhas 21-22) traz uma informação que o locutor supõe já partilhar com o interlocutor, principalmente com aquele que tem o conhecimento de que o búfalo é um animal característico da região. O adjetivo modalizador epistêmico “claro” (linha 22), seguido de ponto de exclamação, é também um recurso linguístico indicador de que os colocutores partilham essa referência. Ao falar dos pratos mais apreciados, o enunciador grafia com iniciais maiúsculas os nomes desses pratos (“Filé Marajoara” e “Frito do Vaqueiro”) e, em seguida, esclarece quais são seus ingredientes por meio de apostos: “servido com mussarela de búfala derretida” (linha 23) e “que traz fraldinha ou minguinha (carne da costela) cozidas e acompanhadas de pirão de leite” (linhas 23-24), respectivamente. Cabe acrescentar que a expressão “carne da costela” (linha 24), apresentada entre parênteses, é um aposto do termo “minguinha” dentro do aposto que explica “Frito do Vaqueiro”. Esses apostos são relevantes no discurso, pois, empregando-os, o locutor esclarece, principalmente aos apreciadores de uma boa culinária, de que são feitos os principais pratos da Ilha de Marajó e, com isso, aguça neles o desejo de conhecer a ilha. Faz-se, assim, da linguagem um modo de ação. Outro aposto é “um molusco típico do mangue” (linha 25), que elucida o que vem a ser “turu” (linha 25), ingrediente principal de outro prato típico. Levando em conta essas ocorrências de aposto, podemos dizer que a imagem que o locutor projeta de seu interlocutor é a imagem de quem não conhece a culinária da região.

Não foi ignorado pelo locutor o turista que viaja para conhecer diferentes culturas. No penúltimo parágrafo, é apresentado ao interlocutor o Museu do Marajó, acompanhado de apostos que constituem importantes informações para quem pretende conhecê-lo. Primeiramente, é informado o local em que se situa o museu: “localizado na modesta Cachoeira do Arari, uma cidadezinha construída no meio da mata” (linhas 30-31). Aqui cabe sublinhar que “uma cidadezinha construída no meio da mata” é um aposto dentro do aposto oracional e traz uma característica positiva de Cachoeira do Arari: ser uma cidade pequena e estar situada no meio da mata, portanto, sem a agitação e a poluição que caracteriza grandes centros urbanos. Outra descrição acerca do museu apresentada em forma de aposto é a de que é “construído numa antiga fábrica de óleos” (linhas 31-32), informação que também contribui para a força persuasiva do texto, pois uma arquitetura

antiga também atrai a atenção de turistas. O locutor ainda argumenta que a dança, representada pelo carimbó e pelo lundu, também faz parte da cultura da região e explica, por meio de aposto, que esses dois passos são “autênticos da região” (linha 34), o que evidencia a singularidade desse lugar que merece, pois, ser visitado.

No último parágrafo, em que o locutor se dirige diretamente ao alocutário por meio de um índice específico (o verbo “escolha”, no imperativo, flexionado na segunda pessoa do discurso – você), as informações centram-se no clima da ilha, que, para muitos turistas, é crucial para uma tomada de decisão. Empregando a oração relativa apositiva “que são características comuns do Pará” (linhas 36-37), a qual tem como referente “calor e chuvas” (linha 36), o locutor informa que o clima não é sempre o mesmo em todas as épocas do ano. O aposto “no período de seca” (linhas 39-40) apresenta uma característica da expressão temporal “no resto do ano” (linha 39). Mas o leitor deve, nesse caso, entender que “no resto do ano” refere-se aos meses subsequentes ao “primeiro semestre” (linha 37), período caracterizado pela chuva diária. Os adjetivos “agradável e concorrido” (linhas 41-42), que funcionam como aposto de “no mês de julho” (linha 41), são importantes no sentido de cientificar o alocutário de que o mês de julho, considerando o clima, é o período mais propício para conhecer a Ilha de Marajó, mas, para quem prefere pouco movimento, talvez não seja a época melhor.

Podemos concluir que o locutor faz existir, no imaginário dos interlocutores, um lugar e, através de sua visão de mundo – referência que partilha com o alocutário –, busca suscitar o desejo de conhecer esse lugar. A imagem apresentada é, pois, relativizada, visto que é filtrada pelo locutor, que empresta seu olhar ao mundo de que fala. Por meio do aposto, busca trazer ao interlocutor aspectos do ambiente representado, dando relevo às características que supostamente lhe agradarão. Em vários momentos, o enunciador preocupa-se em elucidar termos e trazer informações ao alocutário, partindo do pressuposto de que este não partilha com ele tais informações. Cabe sublinhar que vários apostos foram posicionados no início de frases e mesmo de parágrafos, o que atribui relevo a esse sintagma dentro da estrutura sintática e, conseqüentemente, no desenvolvimento da argumentação.

Assim, ao apropriar-se da língua e construir o aparelho formal da enunciação, o locutor se constitui como sujeito e institui o outro, o qual deseja influenciar. O aposto é um dos procedimentos acessórios – sintagmatização – empreendidos pelo locutor, por meio do qual se flagra a intersubjetividade que advém de toda enunciação. Por meio do aposto, o locutor cria, na língua-discurso, uma semântica própria, o *intenté* (intentado).

### **Considerações finais**

Essa análise permite-nos afirmar que, ao lidarmos com o sentido, não devemos perder de vista a forma, assim como a forma, por si só, não nos diz nada se não a conjugarmos ao sentido. A concepção de Benveniste de que forma e sentido são noções gêmeas, estreitamente vinculadas na língua em funcionamento, deveria ser adotada nas aulas de língua materna. Queremos dizer com isso que não se pode perder de vista, na escola, a análise linguística, não entendida como a mera rotulação de categorias gramaticais ou de estruturas sintáticas, mas aberta à dimensão semântica da língua em funcionamento, em que o objeto de estudo é o texto. No momento em que o professor levar seus alunos a olharem, na busca do sentido, para o arranjo sintagmático

empreendido pelo locutor, nos planos global e analítico, para a forma como se inscreve no texto, o estudo da língua, acreditamos, será bem mais significativo.

Nessa análise linguística, o aparelho formal da enunciação, com seus índices específicos e procedimentos acessórios, configura-se a partir da apropriação do aparelho formal da língua, que serve de alicerce. Considerando que, ao falar de si, do outro ou do mundo, o locutor sempre partilha com o colocutor uma referência filtrada por suas “lentes”, é importante observar como o locutor sintagmatiza e que efeitos de sentido advêm de seu discurso.

Partindo da premissa de que o texto constitui um modo de ação sobre o alocutário, argumentamos que todos os recursos da língua mobilizados pelo locutor – mesmo aqueles tidos como acessórios sintaticamente, como o aposto –, são relevantes para a significação intentada. É pela linguagem – materializada em textos – que o locutor se diz, que diz sobre o mundo e sobre o outro e, assim, visa a influenciar o alocutário a partilhar com ele esse dizer. No guia de viagem analisado, vimos que o aposto é um dos expedientes linguísticos por meio do qual vem à tona a intersubjetividade.

#### **TEIXEIRA, M.; MELLO, V. H. D. de. THE APPOSITIVE AS AN INTERSUBJECTIVITY MARK: AN ENUNCIATIVE ANALYSIS**

##### **Abstract**

The main goal of the present article is to defend the idea that the appositive, though considered a syntactically parenthetical element, is one of the accessory procedures through which intersubjectivity emerges. To do so, an online travel guide will be analyzed, considering the effects of meaning (semantization) produced by the speaker when making use of such linguistic resource. The main theoretical framework on which the analysis is based is the Enunciation Theory developed by Émile Benveniste, according to which all discourse emanates from a speaker that, when establishing an interlocutor in front of him or herself, appropriates the formal apparatus of language and constructs the formal apparatus of enunciation, unique in each enunciative instance. In order to verify how the appositive is treated in the traditional grammar, initially, two of these grammars were consulted. Some contributions of famous linguists regarding this grammatical topic were also considered in order to observe to what extent they regard its functionality.

##### **Key-words**

Appositive. Enunciation. Travel guide. Intersubjectivity.

##### **Referências**

AGAMBEN, G. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ARESI, F. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. *ReVEL*, v. 9, n.16, 2011, p. 262-275.

\_\_\_\_. *Síntese, organização e abertura do pensamento enunciativo de Émile Benveniste: uma exegese de O aparelho formal da enunciação*. Dissertação ( Mestrado em Estudos da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Orientação: Dr. Valdir do Nascimento Flores.

BECHARA. Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale, 2*. Paris: Gallimard, 1974.

\_\_\_\_. Os níveis da análise linguística. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 1988, p. 127-140.

\_\_\_\_. A forma e o sentido na linguagem. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989a, p. 220-242.

\_\_\_\_. O aparelho formal da enunciação. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral II*, Campinas, SP: Pontes, 1989b, p. 81-90.

\_\_\_\_. Estruturalismo e linguística. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral II*, Campinas, SP: Pontes, 1989c, p. 11-28.

\_\_\_\_. *Dernières Leçons*. Paris: Seuil/Gallimard, 2012.

BEZERRA, M. A.; REINALDO, M. A. *Análise linguística: afinal, a que se refere?* São Paulo: Cortez, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Língua Portuguesa. 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2013.

BRITO, A. M. Categorias sintáticas. In: \_\_\_\_\_. MATEUS, M. et al. (Orgs.). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2004, p. 325-373.

CASTRO, E. V. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, out. 1996. DUFOUR, D-R. *Os mistérios da trindade*. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

FENOGLIO, I. Déplier l'écriture pour re-lire l'article publié. Les manuscrites de « L'appareil formel de l'énonciation » d'Émile Benveniste. In: BRUNET, É.; MAHRER, R. *Relire Benveniste: réceptions actuelles des Problèmes de Linguistique Générale*. Bruxelles: Academia, coll."Sciences du langage: carrefours et points de vue", n° 3, 2011. p. 263-304.

Férias Brasil. Ilha de Marajó. Disponível em: <http://www.feriasbrasil.com.br/pa/ilhademarajo/>. Acesso em: 20 jun. 2013.

FLORES, V. N. Sujeito da enunciação: singularidade que advém da sintaxe da enunciação. *DELTA*. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (PUCSP. Impresso), v. 29, p. 95-120, 2013

\_\_\_\_\_. Notas para uma (re)leitura da teoria enunciativa de Émile Benveniste. In: TEIXEIRA, M.; FLORES, V. N. (Orgs.). *O sentido na linguagem: uma homenagem á professora Leci Borges Barbisan*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p.149-165.

\_\_\_\_\_. O lugar metodológico da análise da enunciação em relação aos níveis de análise linguística. In: BATTISTI, E.; COLLISCHONN, G. (Orgs.). *Língua e linguagem: perspectivas de investigação*. Porto Alegre: Palotti, 2010a, v. 1, p. 45-57.

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2002.

MELLO, V. H. D. A sintagmatização-semantização: uma proposta de análise de texto. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

ONO, A. *La notion d'enonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

TEIXEIRA, M. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. *Desenredo*, Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 71-83, jan./jun. 2012a.

\_\_\_\_\_. "A linguagem serve para viver": contribuição de Benveniste para análises no campo aplicado. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v.15, n.2, p. 439-456, jul./dez. 2012b.

TODOROV, T. Postface. Émile Benveniste, le destin d'un savant. In: BENVENISTE, É. *Dernières Leçons*. Paris: Seuil/Gallimard, 2012. p. 181-195.

VILELA, M.; KOCH, I. V. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001.